

Farsul diz que 88% das dívidas ficam fora da MP

Levantamento com produtores indica alcance restrito à renegociação e embasa seis propostas de alteração ao texto

Claudio Medaglia
claudiom@jcrs.com.br

Quase R\$ 9,00 em cada R\$ 10,00 em dívidas rurais analisadas pela Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul (Farsul) não se enquadram nas condições mais vantajosas de renegociação previstas pela Medida Provisória (MP) 1.376, editada pelo governo federal para atender produtores afetados por eventos climáticos. Levantamento da entidade aponta que apenas R\$ 10,8 milhões – o equivalente a 11,7% de uma amostra de R\$ 93 milhões em saldo devedor – atendem às regras atuais da medida.

Com base nesse diagnóstico, a Farsul levará ao Executivo e ao Congresso seis propostas de alteração da MP (veja box ao lado). Segundo a entidade, as mudanças ampliariam o alcance da política sem alterar os critérios de elegibilidade relacionados às perdas de renda exigidos pela medida provisória.

A avaliação é de que parte significativa dos produtores atingidos pelas sucessivas estiagens e enchentes ficou de fora da

política não por falta de perdas comprovadas, mas pelas regras de enquadramento previstas no texto.

O levantamento foi motivado pela experiência com a MP 1.314/2025, cuja utilização ficou abaixo do esperado em razão das exigências para enquadramento. Para verificar se a nova medida repetia o problema, a equipe econômica solicitou a produtores o envio de contratos de crédito rural.

Segundo o economista-chefe da Farsul, Antônio da Luz, foram analisados cerca de R\$ 93 milhões em saldo devedor, confrontando cada operação com as regras previstas na MP e na regulamentação do Conselho Monetário Nacional (CMN).

O principal fator responsável pelo baixo índice de enquadramento envolve as regras aplicáveis à Cédula de Produto Rural (CPR), que respondeu por 42,8% do crédito rural concedido no País na safra 2025/2026, segundo o Ministério da Agricultura e Pecuária.

A Farsul afirma que uma das exigências restringe significativa-

mente o alcance da medida ao admitir apenas operações emitidas para liquidar outra CPR. Na prática, porém, muitos produtores recorreram à emissão do título para quitar operações de custeio ou outros financiamentos renegociados, preservando a adimplência.

“Se o produtor tinha uma operação de custeio prorrogada e o banco disse que não conseguia mais manter aquela operação como custeio, exigindo a emissão de uma CPR para quitar essa dívida, essa CPR fica fora. Só entra a CPR emitida para pagar outra CPR.”

O levantamento aponta ainda dificuldades de enquadramento para operações de investimento renegociadas, contratos de capital de giro firmados durante a crise climática e financiamentos que passaram por renegociação com base na MP 1.314/2025.

Outro argumento parte de um contraste entre indicadores do crédito rural. A entidade observa que o Estado registrou a menor taxa de inadimplência rural entre pessoas físicas do País no quarto trimestre de 2025, segundo a Serasa Experian, mas con-



CLEITON RAMÃO/IRGA/DIVULGAÇÃO/JC

Apenas 11,7% em dívidas atende às regras da MP 1.376

centra o maior volume de carteira estressada, conforme o Banco Central. Para a Farsul, esse cenário reflete o esforço dos produtores para renegociar as operações e evitar a inadimplência. Para o economista, a redação atual da MP acabou favorecendo operações já inadimplentes. “O produtor gaúcho aceitou prorrogações e renegociações caras para manter o crédito em dia, esperando uma solução mais estruturada. A MP acabou deixando justamente ele de fora.”

As 6 propostas da Farsul ao governo para alteração da MP:

- ▶ Ampliar o enquadramento das Cédulas de Produto Rural (CPRs);
- ▶ Flexibilizar as regras para operações de investimento;
- ▶ Incluir linhas de capital de giro;
- ▶ Alterar a data-limite utilizada para caracterizar a inadimplência;
- ▶ Permitir o reenquadramento de operações renegociadas pela MP 1.314/2025 quando houver novos prejuízos provocados por eventos climáticos.

Deputado pede análise ao governo sobre entraves na medida

A Farsul já iniciou conversas com o líder do governo na Câmara dos Deputados, Paulo Pimenta (PT), para discutir possíveis ajustes na MP. Ao Jornal do Comércio, o parlamentar disse que rece-

beu o documento elaborado pela Farsul e solicitou que outras entidades do setor, como Fetag-RS e Federarroz, também encaminhem avaliações sobre possíveis dificuldades de enquadramento

na MP.

“Já fiz o contato com o Ministério da Fazenda para pedir uma análise dessas questões que estão sendo colocadas pelas entidades. A partir dessa análise, quero

promover uma discussão entre as partes para ver o que é possível avançar, garantindo que o recurso efetivamente possa chegar a quem precisa”, afirmou.

“Não podemos ter o recur-

so disponível e os bancos também terem uma interpretação que dificulte muito que os agricultores que efetivamente precisam possam acessar esse recurso”, concluiu.

Índices da Pecuária

No mercado do gado gordo, a semana foi positiva para a maioria das categorias, com exceção do boi gordo comercializado a peso de carcaça. Após a leve queda observada na semana anterior, devido à entrada de carne proveniente de outras regiões, o mercado voltou a apresentar valorização. Nesta semana, o elevado volume de chuvas em todo o estado dificultou o escoamento dos animais das propriedades, reduzindo a oferta para abate. Como consequência, as escalas de abate ficaram mais restritas, pressionando os preços para cima. No mercado do gado de reposição, praticamente todas as categorias voltaram a apresentar valorização nesta semana. O movimento acompanhou a tendência observada no mercado do gado gordo, uma vez que o elevado volume de chuvas postergou diversas negociações e reduziu a oferta de animais no mercado. Além disso, o número de animais comercializados nesta semana foi inferior ao registrado nas semanas anteriores, fator que também pode ter influenciado as médias de preços observadas.

ANÁLISE DO DIA 29 DE JULHO DE 2026

* Apuração válida para o período de 29/7 a 5/8

Terneira	+2,2%
Novilha (13-24 meses)	+4,7%
Terneiro	+0,6%
Novilho (13-24 meses)	-1,1%
Vaca de invernar	+5,7%

GADO GORDO

29/07/2026	PV MACHO	PC MACHO	PV FÊMEA	PC FÊMEA
MÁXIMO	R\$ 13,70	R\$ 26,00	R\$ 12,50	R\$ 24,00
MÉDIO	R\$ 13,20	R\$ 24,75	R\$ 11,85	R\$ 22,50
MÍNIMO	R\$ 12,70	R\$ 24,00	R\$ 11,20	R\$ 21,00

GADO DE REPOSIÇÃO

29/07/2026	TERNEIRA	NOVILHA			TERNEIRO	NOVILHO			VACA			
	6-12m	13-24m	25-36m	Prenhe	6-12m	13-24m	25-36m	Prenhe	Invernar	Falhada	Com cria	
MÁXIMO	R\$ 15,97	R\$ 13,36	-	-	R\$ 17,03	R\$ 13,08	-	-	-	-	-	
MÉDIO	R\$ 15,88	R\$ 13,00	-	-	R\$ 15,65	R\$ 12,04	-	R\$ 11,86	R\$ 10,82	-	R\$ 11,21	
MÍNIMO	R\$ 15,79	R\$ 12,62	-	-	R\$ 12,26	R\$ 11,03	-	-	-	-	-	

PV = peso vivo | PC = peso carcaça | *Valores à vista, em R\$/kg. | *No caso de obtenção de somente um valor, usou-se o fator e 2,05 na conversão de peso vivo para peso de carcaça correspondente. | * Variações correspondentes sempre à semana anterior | ■ Estável ● Subiu ● Desceu

OVINOS

27/07/2026	UNIDADE	CORDEIRO	BORREGO	OVELHA DE DESCARTE
MÍNIMO	R\$/PV	R\$ 13,36	R\$ 11,99	R\$ 10,37
MÉDIO	R\$/PV	R\$ 14,62	R\$ 13,20	R\$ 12,51
MÁXIMO	R\$/PV	R\$ 15,90	R\$ 14,41	R\$ 14,66

CORTES OVINOS

27/07/2026	UNIDADE	CARRÉ	PALETA	LOMBO	PERNIL	COSTELA	PESCOÇO	STINCO
MÍNIMO	R\$/Kg	R\$ 130,15	R\$ 69,90	R\$ 91,90	R\$ 69,90	R\$ 51,90	R\$ 25,90	R\$ 63,80
MÉDIO	R\$/Kg	R\$ 159,80	R\$ 84,90	R\$ 95,90	R\$ 74,91	R\$ 62,03	R\$ 31,60	R\$ 65,60
MÁXIMO	R\$/Kg	R\$ 169,90	R\$ 89,90	R\$ 99,89	R\$ 76,90	R\$ 63,76	R\$ 39,90	R\$ 69,00